

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução / Youtube



Sílvia Ramos diz que medidas chegam com atraso

Segurança: diretora do CESeC elogia proposta do governo

Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), a cientista social Sílvia Ramos classifica de “bom, ainda que tardio” o projeto de ações na área de segurança pública que o governo federal deverá anunciar na próxima semana.

Segundo ela, a proposta é focada em “pontos certos”: tráfico de armas, asfixia financeira de organizações criminosas, elucidação de homicídios e outros crimes graves e melhoria do sistema prisional dos estados.

O governo quer investir cerca de R\$ 1 bilhão nas ações, integradas ao programa Brasil Contra o Crime Organizado e que regulamentam o projeto Antifacção, aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Lula.

Força-tarefa

Para ela, o valor previsto para investimento também é positivo, embora não represente uma mudança radical no Fundo Nacional de Segurança Pública.

Pela proposta, haveria uma ampliação do Comitê Integrado de Investigação Financeira e Recuperação de Ativos, uma espécie de força-tarefa criada no Estado do Rio para tentar bloquear recursos destinados a organizações criminosas.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula deverá anunciar medidas na próxima semana

O que faltou

O comitê agrega às atividades de investigação da Polícia Civil a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Ministério Público, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Secretaria de Fazenda.

A reunião desses diferentes órgãos permitiria detectar processos de lavagem de dinheiro que utilizam estabelecimentos legais.

Apesar dos elogios, a pesquisadora diz que faltou estabelecer mecanismos de controle da letalidade e corrupção das polícias estaduais.

Pedido antigo

“Há anos demandamos que o governo federal assuma suas responsabilidades na segurança pública, em especial na expansão dos grupos armados com controle de território”, ressalta.

Para ela, “já está mais do que provado” que os estados, sozinhos, “não foram capazes e não serão capazes de desarticular e controlar esse processo”.

Temor

Como o Correio Bastidores frisou ontem, o tema da segurança pública é visto no Palácio do Planalto como uma espécie de telhado de vidro do PT. A direita procura associar o governo, e a esquerda de um modo geral, a uma tolerância com criminosos. Em ano de eleição, todo cuidado é pouco.

Resistência

O processo eleitoral é, porém, considerado no governo como um entrave à implementação de medidas que envolvam estados, principalmente os governados pela oposição. Ninguém estaria disposto a dar palanque para Lula e ajudar a diminuir a fragilidade do PT nessa área. A conferir.

Copia e cola

Os ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, fizeram coro em despachos que reiteram proibição de pagamentos de verbas extras no Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e em outros órgãos federais, estaduais e municipais.

Escorregadas

Os despachos dos quatro ministros, que se referem a diferentes processos que correm no STF, são idênticos até em escorregadas gramaticais. Exemplos: ausência de vírgula para marcar o fim de um apostro e de hífen e de, por duas vezes, letra “s”, na citação de Procuradores-Gerais dos Estados (saiu “Procuradores Gerais do Estado”).

Justificativa

Segundo a assessoria do STF, as decisões são “semelhantes” porque o julgamento do tema foi conjunto. No dia 25 de março, por unanimidade, a corte aprovou a Tese de Repercussão Geral - Tema 966, que estabelece limites ao pagamento de verbas extras que aumentam vencimentos de algumas categorias.

Deu nos jornais

Em seus despachos, os ministros afirmam que as decisões tomadas ontem foram motivadas por “inúmeras notícias veiculadas pela mídia”. Desde a limitação desse tipo de pagamento que diversos veículos têm publicado medidas que procuram contornar a limitação de salários estabelecida pelo STF.



Vorcaro agora negocia condições da delação

Vorcaro entrega pedido de delação

Material, em um pendrive, será agora analisado

Por Gabriela Gallo

A defesa do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, entregou para a Procuradoria-Geral da República (PGR) e para a Polícia Federal (PF) os documentos necessários para firmar o acordo de delação premiada entre o banqueiro e as autoridades.

Os documentos foram entregues nesta quarta-feira (6) e devem ser analisados nas próximas semanas. A defesa anexou todo o material em um pendrive e o entregou para as autoridades.

O caso corre em sigilo. A expectativa é que todo conteúdo dentro do pendrive deve levar ao menos dois meses para ser completamente analisado.

Caso a PGR homologue o pedido de delação premiada, caberá ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, que é o relator o caso Master, definir se acatará o acordo ou não. Nos bastidores, estima-se que uma das condições do Supremo para que a colaboração seja homologada é a devolução integral e imediata do dinheiro desviado por meio de corrupção.

Estima-se que o conteúdo no pendrive contenha registros, conversas, documentos em reuniões, festas e até viagens com autoridades da política brasileira como provas.

A expectativa é que, se firmada a colaboração, Vorcaro exponha políticos e magistrados

brasileiros que tiveram algum tipo de relação com os desvios de recursos bilionários envolvendo o Master.

O ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, que foi preso no último mês acusado de aceitar receber pagamento de propina em imóveis avaliados em R\$ 146,5 milhões para garantir que o BRB comprasse o Master, também articula fechar um acordo de delação premiada.

Dentre as autoridades citadas previamente pelas investigações da polícia que supostamente possam ter envolvimento no caso estão: o senador Ciro Nogueira (PP-PI), o ex-presidente do Banco Central (BC) Roberto Campos Neto, o ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB), além dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Toffoli chegou a ser escolhido como o ministro-relator do caso no Supremo, mas após passar a ser relacionado na teia de envolvidos do caso, se declarou impedido de prosseguir com a relatoria do caso no STF e André Mendonça foi sorteado para assumir no lugar dele. Desde então, Toffoli não julga nada que envolva o caso Master.